

# **ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE APODI-RN: TEMOS?**

**Discente: Henrique Ramon de Oliveira**

**Orientadora: Profa. Ma. Jéssica Girlaine Guimarães Leal**

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem como objetivo analisar e descrever os princípios e fundamentos que caracterizam o desenvolvimento de uma Pesquisa Bibliográfica, tendo como fonte de pesquisa as pessoas que atuam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Apodi – RN, sobre suas percepções com relação a inclusão dos surdos que precisam de atendimento educacional inclusivo às pessoas de maneira geral, e entre elas as pessoas surdas de Apodi-RN que carecem de atendimento administrativo da respectiva secretária. Como base teórica para desenvolver essa pesquisa foi utilizado autores como Nóvoa (2012), Quadros (2007), Paviane (1988), Minayo (2009), Poche (1989), Strobel (2008), Omote (2012), Andrade (2010), Gil (2002). Esse estudo nos ajuda a entender melhor o processo de inclusão das pessoas surdas no município de Apodi-RN, na percepção de autores que já abordaram o tema em artigos publicados. Por fim, consideramos que a pesquisa consiste em um processo de investigação para solucionar, responder ou aprofundar sobre uma indagação no estudo de um fenômeno. Por isso, a pesquisa bibliográfica pode nos proporcionar uma aprendizagem de via dupla, tanto para os profissionais, que atuam na Secretária e que tiveram um espaço significativo para legitimar suas falas, suas experiências, bem como para o pesquisador que teve a oportunidade de também partilhar suas experiências como funcionário do referido local.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva para surdos; Pessoas Surdas; Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, Acessibilidade Linguística.

## **I. INTRODUÇÃO**

O que os funcionários da Secretária de Educação e Cultura de Apodi – RN, nos apontam sobre o processo de inclusão das pessoas surdas no ambiente da Secretaria? Na intenção de elaborar reflexões sobre esses questionamentos, nossa pesquisa objetiva apresentar as percepções desses funcionários em relação as pessoas surdas em seu acesso a Secretaria Municipal de Educação.

Podemos observar que nos últimos anos a inclusão das pessoas surdas em repartições públicas e nas escolas tem crescido consideravelmente e isso acontece porque a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como o segundo idioma do nosso país. Para dar suporte a essa lei foi necessário criar o Decreto de Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 viabilizando as normas de aplicabilidade da Lei Nº 10.436.

Ao reconhecer a importância da acessibilidade linguística para a pessoa surda, acreditamos que oportunizar espaços de escuta para os profissionais das repartições

públicas é uma ação necessária, pois, suas narrativas servirão para reflexões quanto as hipóteses que temos sobre seus medos, angústias e dificuldades enquanto formação profissional na área, visto eu, esses conhecimentos compartilhados podem vir a favorecer as políticas públicas direcionadas ao acolhimento dessas pessoas na sociedade e de um modo mais específico aqui no atendimento na secretaria municipal de educação.

O desejo de trabalhar esse tema surgiu após atuar como funcionário da Secretaria de Educação e Cultura -SEMEC da cidade de Apodi. Durante anos de atuação observei que os demais funcionários se sentiam angustiados diante das pessoas surdas que procuram informações na secretaria, senti a necessidade de conhecer sobre quais percepções tinham sobre a inclusão dessas pessoas, ao querer saber sobre as percepções dos profissionais que atuavam na SEMEC com relação ao atendimento as pessoas surdas, decidimos por realizar a pesquisa empírica oportunizando ser um espaço de escuta destes profissionais.

Ao falarmos da estrutura da pesquisa, temos a seguinte organização: introdução em seguida, teremos o capítulo II que trará a questão legal da linguagem como direito aos surdos. No capítulo III iremos detalhar a metodologia usada na pesquisa apresentando as técnicas para a coleta e análise dos dados. Dando continuidade teremos o capítulo IV que irá apresentar a caracterização do lócus da pesquisa e sujeitos. No capítulo V estarão expostos os dados e análise da pesquisa por fim, teremos as considerações finais sobre o processo dos estudos realizados.

## **II. SURDEZ E LINGUAGEM: QUESTÃO DE DIREITO**

No início, pode-se entender que é impossível falar sobre a língua sem ficar vislumbrado em sua relação com a cultura. Poche (1989) compreende que língua e cultura são coexistentes, e uma é um “recurso” na elaboração da outra. Diante disso, ele acredita que a língua serve como um instrumento que auxilia a linguagem para criar, simbolizar, dar sentido; ademais, a língua é um contínuo processo de interação social e, contribui para a manutenção das identidades.

Atualmente no Brasil, existe uma enorme variedade de culturas e línguas, o português, as de colônia, as indígenas, as de sinais indígenas e a Língua Brasileira de Sinais – Libras, sendo que ambas resultam na construção de identidades diferentes e atribuem valores e significados aos grupos que as utilizam. Em 24 de abril de 2002, a Lei

federal 10.436 reconhece a Libras como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas; ratificou--se, portanto, de modo legal, a existência de uma cultura específica, que, segundo Strobel:

É o jeito de o surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com suas percepções visuais, contribuindo para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. (STROBEL, 2008, p. 24)

Logo, é de suma relevância que as múltiplas identidades do povo surdo sejam consideradas, pois a autora define como um grupo de indivíduos surdos constrói a sua história, costumes, por isso têm a sua concepção de mundo através da visão. Aliás, cada agrupamento social apresenta identidades distintas, movimentos, comunidades, fontes históricas, pedagogia, assim com as memórias e outros artigos culturais.

Com relação aos surdos, a língua de sinais é adquirida naturalmente pelos surdos como sua língua materna. Assim como as pessoas ouvintes adquirem sua língua oral e escrita de forma natural, os surdos adquirem a língua de sinais como sua principal forma de comunicação. A língua de sinais é uma língua completa, com gramática própria, vocabulário e estrutura linguística específicas. Diante disso, Quadros (1997) aponta que:

Tais línguas são naturais internamente e externamente, pois refletem a capacidade psicobiologia humana para a linguagem e porque surgiram da mesma forma que as línguas orais – da necessidade específica e natural dos seres humanos de usarem um sistema linguístico para expressar ideias, sentimentos e ações. As línguas de sinais são sistemas linguísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. São línguas que não se derivam das línguas orais, mas fluíram de uma necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo-oral, mas o canal espaço-visual como modalidade linguística. (QUADROS, 1997, p. 147)

A inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no ambiente educacional e familiar é crucial para garantir que pessoas surdas tenham acesso a uma educação de qualidade e possam se comunicar efetivamente em diferentes contextos. Aqui estão algumas maneiras de tangenciar esse trabalho:

1. **Formação de Professores:** Investir na formação dos professores é fundamental, portanto, oferecer uma formação em Libras para professores e educadores, tanto aqueles que trabalham em escolas especializadas para surdos quanto em escolas inclusivas. Essa formação não apenas ajuda os professores a se comunicarem melhor com alunos surdos, mas também promove uma cultura inclusiva na escola.

2. **Intérpretes de Libras:** Disponibilizar intérpretes de Libras para alunos surdos em sala de aula é uma prática comum em muitos países. Esses profissionais auxiliam na comunicação entre o professor e o aluno, garantindo que o conteúdo seja acessível a todos.

3. **Recursos Educacionais em Libras:** Desenvolver materiais didáticos, vídeos e recursos educacionais em Libras é essencial para apoiar o aprendizado dos alunos surdos. Isso inclui desde livros didáticos até recursos digitais interativos.

4. **Ambiente Familiar Inclusivo:** Incentivar pais e familiares de crianças surdas a aprenderem Libras é crucial para promover uma comunicação eficaz em casa. Isso não só fortalece os laços familiares, mas também ajuda a criança surda a se sentir valorizada e incluída.

5. **Eventos e Atividades Comunitárias:** Promover eventos e atividades que envolvam a comunidade surda pode ajudar a fortalecer o uso e a valorização da Libras. Isso inclui workshops, palestras e grupos de apoio onde pessoas surdas e ouvintes interessados possam interagir e compartilhar experiências.

6. **Legislação e Políticas Inclusivas:** Garantir que haja legislação e políticas que promovam a inclusão de pessoas surdas na educação é fundamental. Isso pode incluir leis que exigem a presença de intérpretes em ambientes educacionais e recursos para o ensino de Libras.

Ao adotar essas práticas, podemos criar um ambiente mais inclusivo e acessível para pessoas surdas, tanto na escola quanto em suas famílias, promovendo assim uma sociedade mais igualitária e respeitosa com a diversidade linguística e cultural.

## **ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA: CONCEITUANDO**

A acessibilidade linguística refere-se à capacidade de todas as pessoas, independentemente das suas habilidades linguísticas, de aceder a informações, serviços e recursos numa determinada língua. A mesma é particularmente importante para pessoas com deficiência de audição ou visão, pois pode envolver a disponibilização de interpretação em língua gestual ou de legendas expostas em vídeos. Sendo também

relevante para pessoas com dificuldades de leitura ou de aprendizagem, pois podem precisar utilizar materiais escritos em formatos acessíveis, como fontes grandes, audiolivros ou versões simplificadas.

Além disso, a acessibilidade linguística deve ser considerada em contextos multilíngues, onde é necessário garantir a comunicação eficaz entre pessoas que falam línguas diferentes. Isso pode envolver a tradução de documentos ou a disponibilização de intérpretes.

Diante do exposto a acessibilidade linguística é fundamental para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos. É importante que os serviços públicos, as empresas e os indivíduos considerem a diversidade linguística e garantam que todas as pessoas possam compreender e ser compreendidas, independentemente da sua língua materna ou habilidades linguísticas.

Conforme o decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, art. 8º, I:

Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004, n. p.)

O acesso de todas as pessoas aos espaços sociais deve ser garantido com segurança e autonomia, independente da natureza da deficiência do indivíduo seja física, mental, intelectual ou sensorial. Visto que a acessibilidade é a garantia que todo indivíduo tem para utilizar os meios sociais, pois é através dela que a aproximação ocorre sem dificuldades, e que determina o sucesso da ligação entre público e ambientes diversos. A acessibilidade liga-se diretamente ao direito que cada indivíduo possui em sua particularidade, especialmente àqueles que apresenta alguma deficiência seja ela física ou sensorial, incluindo os idosos, de vivenciarem sua cidadania de forma plena. O bom funcionamento da acessibilidade é crucial para que cada uma dessas pessoas possa conviver em sociedade com dignidade, participando de ações sociais com autonomia, sem obstáculos que impossibilitem as práticas no dia a dia (BRASIL, 2015).

O que de fato caracteriza a acessibilidade é a maneira como ocorre a elaboração dos ambientes que respeitam a utilização por parte de todos indivíduos de forma imparcial, definidos com base nos princípios da mobilização acerca da inclusão social (SARRAF, 2008). Diante disso, podemos notar o enfrentamento de limitações em todos

os aspectos, dando ênfase para as barreiras comunicacionais, representada por problemas que prejudicam a expressão e o recebimento de mensagens através dos meios ou sistemas de comunicação (BRASIL, 2015).

O entrave principal encontrado no processo de comunicação entre surdos e ouvintes é desde as origens na educação possui profundas raízes. A comunicação nos dias atuais tem sido o principal veículo responsável pela inclusão dos surdos no âmbito tecnológico e educacional, pois de certa forma essas etapas incluem, por meio da relação interpessoal, o surdo e a sociedade que ele está inserido (BRASIL, 2002). Após a implantação das leis que asseguram a funcionalidade do indivíduo surdo em espaços sociais, é de se esperar que estes espaços estejam aptos para receber esse público que lutou tanto para obter uma legislação que legalizasse a sua própria língua. Mas, a obtenção da lei efetivada não garante que os sujeitos possam usufruir na prática desses espaços sociais. Existindo a educação como alicerce e ponte para reforçar o amplo desenvolvimento da comunicação entre ouvintes e não ouvintes, pois é notório que não são todos os surdos que dispõem de acesso ao avanço integral das habilidades necessárias e adquiridas.

O artigo 1º da lei de acessibilidade nº13.146/2015 assegura e promove em condições de igualdade o exercício de direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, tendo em vista a sua inclusão social e cidadania. Garantindo também que possa existir uma comunicação entre todos os cidadãos e no caso da comunidade surda é a Libras, incluindo as tecnologias de informação e das comunicações (BRASIL, 2015). Porém, podemos perceber que desde o início do cumprimento da lei 13 até os dias atuais, muito falta ser feito para o cumprimento da lei em sua plenitude, por diversas dificuldades que existe. É evidenciado no trecho a seguir que a responsabilidade para o sucesso da proposta é de todos nós cidadãos.

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 2015).

No contexto social da língua, sua função primordial é possibilitar a comunicação entre os indivíduos, por isso é notório as limitações existentes que tornam impossíveis o acesso total das pessoas surdas, na medida em que a língua que lhes é própria é conhecida por poucos.

Diante disso, a acessibilidade das pessoas surdas é uma questão que precisa ser realizada de maneira transversal, sendo necessário que vários tópicos sejam discutidos periodicamente, tais como: o modo de escuta; os meios utilizados para melhoria da visibilidade nos ambientes; a contraposição de cores; o uso de legendas; a língua de sinais, entre outros.

### **III. METODOLÓGIA DA PESQUISA**

Nesta parte do trabalho, serão descritos o tipo de pesquisa adotada que será do tipo qualitativa, exploratório e a pesquisa de campo, proporcionando a busca para entender as percepções e experiências dos participantes da pesquisa. Segundo Minayo (2009) cita que:

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões referentes a um conjunto de fenômenos humanos entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 21).

O ambiente foi previamente definido, sendo o local a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e os colaboradores são os funcionários que atuam nos setores diversos da secretaria e foram escolhidos de forma intencional levando-se em conta a minha atuação no estabelecimento e o conhecimento específico do tema da pesquisa.

Para isso, foi apresentado o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), pois o participante será convidado a assinar antes de iniciar a participação da pesquisa, esclarecendo os objetivos, procedimentos e possíveis riscos envolvidos na pesquisa, garantido sua participação voluntária.

Será elaborado um roteiro de entrevista contendo perguntas com o objetivo de permitir uma coleta sistemática e organizada de informações, sendo possível a flexão e adaptação de acordo com as respostas e o contexto dos envolvidos durante a condução da pesquisa.

Os estudos tiveram início com uma revisão bibliográfica. Para Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

A pesquisa bibliográfica dar início a pesquisa científica, nela o pesquisador busca obras que já foram publicadas e são relevantes para que se conheça e analise o tema que é o problema da pesquisa realizada.

Para Ferrarotti (2010) a entrevista é uma interação social, e que é preciso levar em conta a importância do rigor do método científico, valorizar o processo de interação durante a efetivação da entrevista é primordial para o pesquisador e o colaborador, entender os papéis de cada sujeito e como as narrativas foram produzidas não podem ser ignorados durante o procedimento de análise.

A pesquisa em questão visa observar os entraves existentes na comunicação entre surdos e ouvintes na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, se essa instituição está preparada para receber a pessoa surda.

Por isso, o aprendizado da Libras irá facilitar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes para que a sociedade não venha a ter barreiras de comunicação em qualquer repartição pública do município de Apodi. No município existe uma Lei aprovada que:

Autoriza a inclusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - no currículo escolar, além de disponibilizar um (a) intérprete da LIBRAS em eventos públicos a instituições quaisquer, no âmbito do Município de Apodi-RN e dá outras providências. Lei de Nº 1727/2021 de 25 de junho de 2021.

O cumprimento da respectiva Lei, viabilizaria aos surdos um contato com sua própria língua materna, amenizando o bloqueio de comunicação entre surdos e ouvintes.

#### IV. CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA E SUJEITOS

Desenvolvemos a pesquisa na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, localizada a Rua Nossa Senhora da Conceição, Malvinas, Apodi- RN, atualmente o Secretário Municipal de Educação é o Senhor Francisco Elmo Alves Tôres, formado em história pela UERN - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, e a gerente de educação é Flavia Cristina Gomes da Silveira, formada em Pedagogia pela UERN - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, na Gestão do atual Prefeito Alan Jefferson da Silveira Pinto. Essa pesquisa contempla os funcionários de diferentes setores da Secretaria.

**FIGURA I- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
**FONTE: ARQUIVO PESSOAL DO AUTOR**



#### VI. COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Nesse capítulo apresentaremos, a coleta e análise dos dados da pesquisa assim evidenciaremos as experiências profissionais sobre a inclusão de pessoas surdas no atendimento da Secretaria, legitimando suas falas, será com base no questionário que faremos a análise de suas percepções em relação a inclusão dessas pessoas neste determinado setor.

##### A. Coleta

O processo de coletas dos dados a serem analisados teve início com o levantamento dos funcionários feito pelo autor, para isso tivemos uma conversa prévia por setores da secretaria explorando sobre a pesquisa e seu objetivo, e partindo desse ponto selecionei 20 funcionários para participarem da pesquisa, para se ter uma visão

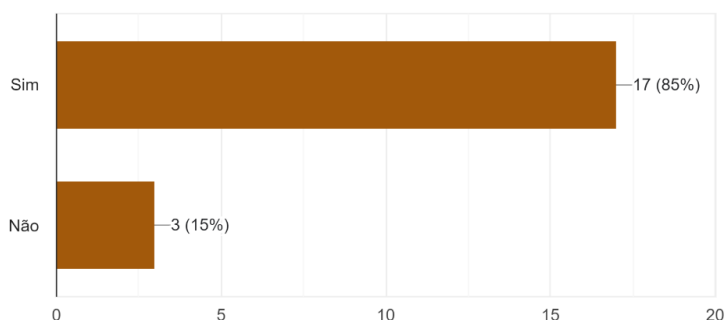
mais detalhada dos fatos, procurei pegar pessoas de ambos os sexos, níveis de escolaridades e que atuassem em diferentes seguimentos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, essa escolha me proporcionou a confirmar o problema abordado que é investigar como acontece o uso da Libras e o atendimento dos funcionários da Secretária Municipal de Educação às pessoas surdas.

Procurei elaborar as perguntas mediante as dificuldades apontadas inicialmente pelos participantes em conversas informais durante o expediente de trabalho. Escolhi a técnica do Google Forms por ser mais fácil a coleta de dados e pela questão da facilidade dos funcionários responder as perguntas elaboradas.

## B. Análise dos dados

Você conhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras?

20 respostas



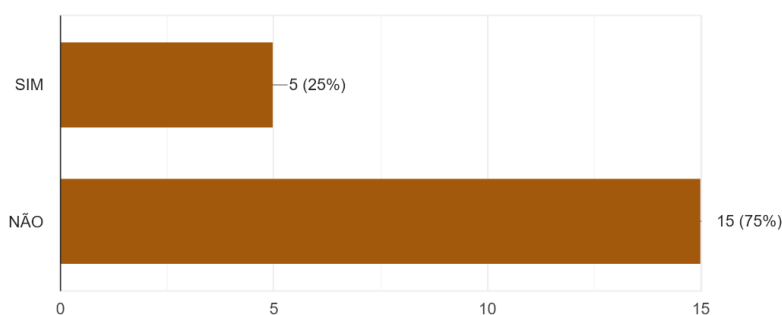
Ao se pronunciarem sobre a primeira pergunta da pesquisa 17 funcionários da Secretária de Educação e Cultura do Município de Apodi-RN, afirmaram que sim estão familiarizados com a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Libras é uma língua visual-gestual utilizada pela comunidade surda no Brasil. Ela possui sua própria gramática e estrutura linguística, sendo reconhecida como meio legal de comunicação e expressão pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Em Libras, as palavras são expressas através de gestos, movimentos faciais e corporais, e sua estrutura difere da língua oral portuguesa. É importante destacar que Libras não é universal; cada país possui sua própria língua de sinais, com suas próprias variações regionais e culturais. Apenas 3 funcionários apontaram que não conheciam a Língua.

Qual seu nível de comunicação com uma pessoa surda?



A comunicação com pessoas surdas pode variar dependendo de diversos fatores, incluindo o nível de surdez da pessoa, sua experiência com a língua de sinais, a comunidade em que estão inseridas e os recursos disponíveis. Diante desse questionamento 15 funcionários relataram possuir um nível de comunicação fraco não conseguindo nem compreender através de gestos, 04 apontam possuir um nível de compreensão moderado e 03 conseguem se comunicar apenas através de gestos com as pessoas da comunidade surda.

Na Secretária Municipal de Educação e Cultura conta com o serviço de Interpret de Libras ?  
20 respostas



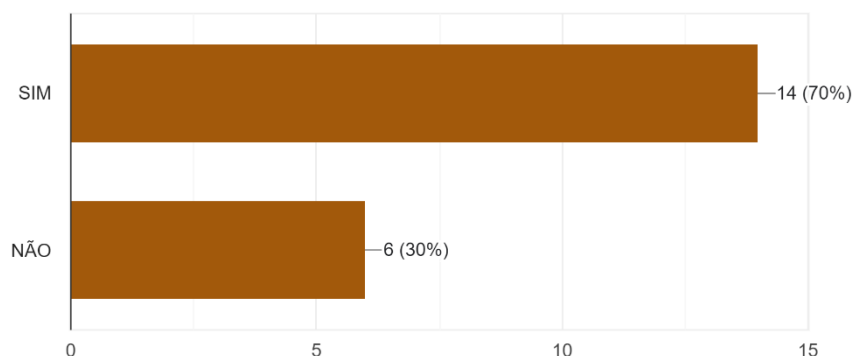
Os serviços de intérprete de Libras são essenciais para garantir a acessibilidade e a inclusão de pessoas surdas em uma variedade de situações. Os intérpretes de Libras são profissionais treinados que facilitam a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, traduzindo oralmente e/ou sinalizando para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e vice-versa.

Diante desse questionamento das 20 pessoas pesquisadas apenas 05 afirmaram que existe esse profissional dentro da secretária, as demais afirmaram que não, visto que

se trata de funcionários dos mais variados setores da referida secretária este profissional está disponível apenas em determinados espaços de atendimento ao público.

Você tem conhecimento da Lei que autoriza a inclusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - no currículo escolar, além de disponibilizar um (a) intérprete. Lei de Nº 1727/2021 de 25 de junho de 2021

20 respostas



Mesmo não sendo disponibilizado profissionais que dominem a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e os funcionários sentirem bastante dificuldade para se comunicar com pessoas surdas, ao serem questionados sobre a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 1.727/2021, dos 20 funcionários, 14 relataram que sim e 06 afirmam não terem conhecimentos das referidas leis.

A inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no currículo escolar está prevista na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoas com Deficiência. Esta lei reconhece Libras como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas, determinando sua inclusão como disciplina curricular nos cursos de formação de professores e na educação básica.

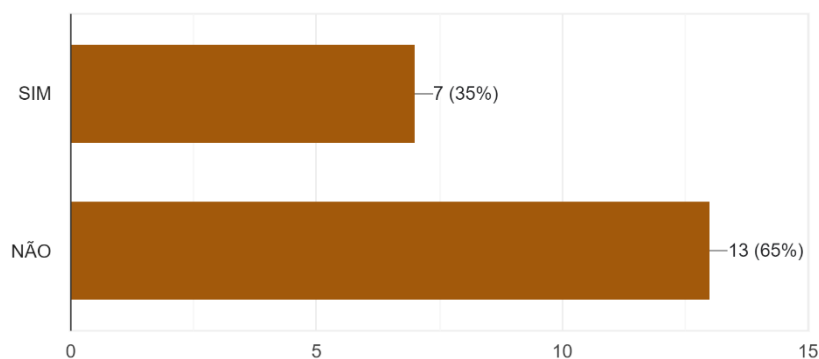
A Lei nº 1.727/2021, de 25 de junho de 2021. Apresenta no seu Art. 1º que:

A partir do ano de 2021, A Secretaria Municipal de Educação de Apodi-RN poderá adotar as medidas necessárias para a efetiva implantação da inclusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - no currículo escolar das instituições de ensino que o compõem, além de disponibilizar um (a) intérprete da LIBRAS, visando garantir a inclusão dos deficientes auditivos em eventos públicos à instituições quaisquer (Igrejas, Escolas, Poderes instituídos - Executivo, Legislativo, Judiciário - ONG's), que solicitarem através de ofício e em até 30 dias anteriores a realização destes, visando um melhor planejamento e organização de agendamentos possíveis.

No entanto, mesmo com as Leis estando vigentes os funcionários relatam que as dificuldades para manterem uma comunicação com as pessoas surdas que necessitam dos serviços da secretaria são bastante relevantes.

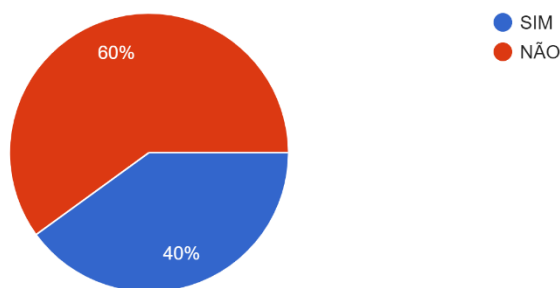
O poder Público Municipal ou a Secretaria Municipal de Educação e Cultura já disponibilizou algum curso de capacitação básico ou avançado em Libras ?

20 respostas



Na sua opinião a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, está instituição está preparada para receber a pessoa surda?

20 respostas

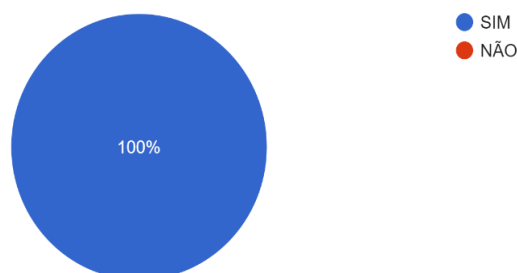


A preparação das instituições para receberem pessoas surdas pode variar significativamente de acordo com a região, recursos disponíveis e conscientização sobre acessibilidade. Pois existem alguns aspectos que influenciam diretamente na preparação dessas instituições.

Embora muitas instituições estejam progredindo na direção da inclusão e acessibilidade para pessoas surdas, ainda há desafios significativos a serem superados. É importante que governos, empresas e organizações se comprometam com a criação de ambientes verdadeiramente inclusivos, onde todas as pessoas tenham igualdade de acesso e oportunidades.

Devido a todos esses avanços 60% dos funcionários acreditam que a secretaria está preparada para receber essas pessoas e 40% acreditam que ainda se tem muito a melhorar para que a compreensão aconteça de maneira plena entre os indivíduos.

Você acha que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura deve contar com a disponibilidade de Interprete de Libras ?  
20 respostas



Todos os participantes apontaram que a secretaria Municipal de Educação e Cultura, deve contar com a disponibilidade de um interprete de Libras, já que os funcionários não tem nenhum conhecimento da língua dificultando o processo de comunicação entre eles e as pessoas surdas que procuram atendimento no referido estabelecimento. Pois estudos apontam que o processo de interpretação segundo Seleskovitch (1978, apud PAGURA, 2003), passa por três etapas:

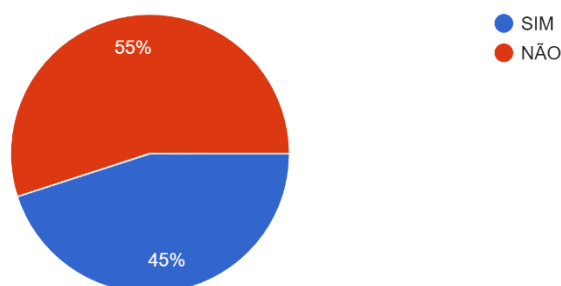
1. Percepção auditiva de um enunciado linguístico que é portador de significado. Apreensão da língua e compreensão da mensagem por meio de um processo de análise e exegese;
2. Abandono imediato e intencional das palavras e retenção da representação mental da mensagem (conceitos, ideias, etc.);
3. Produção de um novo enunciado na língua-alvo, que deve atender a dois requisitos: deve expressar a mensagem original completa e deve ser voltado para o destinatário (SELESKOVITCH, 1978, apud PAGURA, 2003, p.219).

Diante dessas etapas, percebemos que a tradução, no sentido geral do termo, não é uma tarefa simples. É um processo que envolve pensar nas diferenças culturais, indenitárias e linguísticas entre as línguas envolvidas. É uma atividade cognitiva e interdisciplinar, pois não traduzimos signos isolados de uma língua para outra.

A atuação do TILSP como interlocutor nas interações em que os participantes não são bilíngues concede ao profissional grande responsabilidade, pois equívocos na transmissão de conteúdos e ideias podem causar consequências graves.

Você conhece algum surdo que necessitou de algum atendimento ou informação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura?

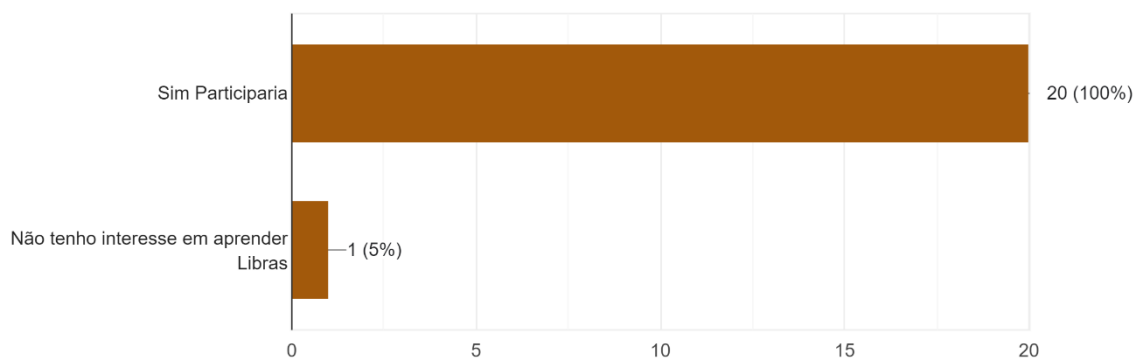
20 respostas



Os participantes em sua maioria não conhecem nenhum surdo que necessitou de serviços ofertados pela secretaria, mas 45% dos pesquisados afirmam conhecer essas pessoas que procuram atendimento, isso nos leva a refletir que a não procura pode estar atrelada ao atendimento não ser tão compreensível pela falta de conhecimento da língua por parte dos funcionários.

Se fosse possível a oferta curso básico de Libras você teria disponibilidade em participar para aprender Libras e ter uma comunicação acessível com as pessoas surdas?

20 respostas



Ao finalizarmos a etapa de entrevistas e análise dos questionários no Google Forms, enviei outras perguntas para que os entrevistados pudessem expor algumas sugestões e a sua opinião formada pelo referido assunto. Apenas 8 pessoas contribuíram com esse outro momento. Após a análise segui abaixo alguns posicionamentos das pessoas entrevistadas que se propuseram a responder.

1- Tem alguma sugestão ou opinião sobre o referido assunto? 8 respostas

Não

Cursos de formação, informações, rodas de debates

Muito importante o Ensino de Libras.

Oferta de Libras, e intérprete de Libras

Disponibilizar um intérprete de Libras

Precisamos de um intérprete de libras no ambiente de trabalho.

Muito bom o assunto abordado!

Identifiquei nas respostas dos funcionários um certo receio e angústia, seus medos são claros: em não saber se comunicar. Por achar que sua comunicação com as pessoas surdas não aconteça corretamente, a apreensão se haveria ou não profissionais tradutores e intérpretes a disposição lhe fez questionar sobre sua capacidade, embora tenha conhecimento da existência da Libras, não praticava, hoje os sinais que domina foram adquiridos através do contato com pessoas surdas, que por sinal eram mínimos, pois não eram alfabetizados em sua língua materna LIBRAS.

Nota-se na fala que existe uma incerteza de ter ou não tradutores intérpretes de LIBRAS em salas de aula, vai de encontra ao que nos diz as leis de inclusão já tratadas nesse trabalho. Janaína nos faz pensar sobre o que Paulo Freire chama de dodiscência:

[...] Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente. Ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se ensina e se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente. A “dodiscência” – docência-discência – e a pesquisa, indicotomizáveis, são assim práticas requeridas por esses momentos do ciclo gnosiológico. (FREIRE. 2015, p. 30).

Nesse sentido, percebemos uma relação pela qual há aprendizagens mútuas, ao ensinar se aprende e ao aprender se ensina, conforme diz Janaína, “[...] aprendi com elas, que estão me ensinando [...]”. Nesse sentido Paviani (1987, p. 103), afirma:

“O professor é aquele que aprende ensinando e, neste sentido, a grande lição do processo científico é a de acabar com o autoritarismo dos mestres e transformar todos, mestres e discípulos, em alunos. Ambos precisam aprender a formular problemas, pois estes não se apresentam por si mesmos”.

Ainda descrevendo as reações expressas por alguns docentes ao saber que teriam estudantes surdos em suas aulas, Jerri (2019) nos conta:

[...] Já teve casos de ir para a sala de aula sem ter muito o que fazer nesse sentido, por que não tinha intérpretes, não tinha professor de educação especial. [...] Era sempre angustiante por que a gente ia, mas

sentia que o aluno não estava incluso, não tinha como estar, a gente não dominava ainda, agora que a gente começa a engatinhar na Libras, [...] O intérprete cumpre essa função muito necessária que é dar voz, e hoje a gente vai mais animado por que sabe que aquele aluno surdo já tem como interagir, e a gente vê que eles interagem. [...] (JERRI, 2019).

O professor relata momentos difíceis ao lecionar para esses alunos surdos, cita casos de docentes irem para suas salas de aula e não terem os profissionais tradutores e intérpretes lhes auxiliando, ficando limitados ao repasse do conhecimento para os alunos surdos, menciona momentos de angústia por estarem presente em sala de aula e não conseguirem repassar os conteúdos, reconhece que a interação dos alunos acontece por terem os profissionais tradutores intérpretes em suas salas de aula. A fala do docente nos conduz a refletir com Omote (2012, p. 51):

“A inclusão precisa ser vista mais amplamente, na provisão de todo o conjunto de serviços de que todos os cidadãos necessitam. A todos eles devem ser oferecidos serviços de qualidade, fazendo uso de estratégias adequadas para a consecução dessa meta”.

Ora, a inclusão perpassa pela efetiva comunicação. É preciso, talvez, mais que ter intérpretes de Libras, é preciso ter a atitude de aprender, mesmo que ainda “engatinhando na Libras”, é preciso se dispor, se permitir a aprender com a diferença. Ressaltamos que a não valorização desse conhecimento na área da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, resulta ser fatos agravantes para um ensino de qualidade voltada a comunidade surda.

Anos atrás a Libras não era tão difundida tanto quanto hoje, essas mudanças têm ocorrido pelas novas políticas públicas de inclusão, citamos a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que reconhece a Libras como meio de comunicação da comunidade surda em nosso país.

Logo, não há possibilidade de se pensar a educação realmente inclusiva sem o oferecimento de condições e de serviços especializados. Por isso é indispensável a necessidade de uma inclusão comunicacional. “[...] Somente com uma ampla diversidade de serviços especiais será possível suprir com qualidade as necessidades especiais de toda a população [...]”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das respostas obtidas pudemos criar nossas categorias de análise que nos ajudaram a conhecer os sentidos que os docentes atribuem a inclusão de estudantes surdos em suas salas de aula. O espaço escolar é um ambiente múltiplo de valores e saberes, um reduto que precisa ser acolhedor ao se propor ensinar com qualidade, mesmo com o pouco recursos que têm.

Por esse motivo que a ampliação além do espaço da sala de aula de pessoas capazes de manter um bom relacionamento e compreensão dessas pessoas facilitaria as demais instituições a interagir e compreende as pessoas que necessitam dos seus serviços.

Diante de todas as análises feitas pudemos constatar na fala dos funcionários da instituição que a comunicação com pessoas surdas é um desafio, que gerou inicialmente muitos medos e angústias, essa reação é comum aos profissionais que não dominam a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Embora a Lei 10.443 de 24 de abril de 2002 reconheça a Libras como a forma de comunicação da comunidade surda e seus usuários, e que o aprendizado da mesma é muito importante, ainda assim mesmo com mais 20 (vinte) anos após a sua criação, nos deparamos com essas falas e ações. De fatos estamos caminhando a passos lentos, pois nem todas as escolas brasileiras dispõem do serviço de tradução e interpretação, nem de escolas bilíngues. Imagina haver essa disponibilidade nos demais espaços.

De grande relevância as respostas elaboradas pelos funcionários, pois através delas chegamos à conclusão do objetivo da pesquisa que é mostrar que deve haver uma valorização muito grande do trabalho dos tradutores intérpretes, nossos participantes citam em diversos momentos a interação entre os alunos e os tradutores, nos diz que o contato entre tradutores intérpretes com os alunos vai além do profissional, passando a ser pessoal, criando de fato um vínculo de amizade, ocupando em alguns momentos o papel da própria família.

Mediante essas colocações e ações, se faz necessário conhecer melhor quais direitos e deveres que competem a esse profissional tradutor intérprete, a falta de conhecimento de suas funções descrita em seu código de ética, coloca em risco um mal entendimento de suas funções.

No campo da didática podemos observar a utilização de recursos mínimos para o repasse dos conteúdos, é importante (re)pensar com urgências em novas estratégias de alfabetização, para que assim ocorra mais assimilações contextuais, se faz necessário criar

um planejamento pedagógico didático onde demais recursos sejam adaptados e colocados em prática. Diante disso pode-se pensar em estratégias e cursos para auxiliar o trabalho desses profissionais.

Nossos participantes reconhecem que há avanços nas políticas de inclusão dentro das escolas, mas que esses avanços também devam acontecer nos outros espaços e ambientes de trabalho, seria importante que houvesse constantemente capacitações para os profissionais, o professor de Libras é capacitado para diminuir essas barreiras entre esses profissionais.

As categorias construídas - valorização do espaço escolar, medo e angústia, reconhecimento do aumento das ações públicas de inclusão, estratégias pedagógicas de contextualização, empenho profissional e administrativo e trocas de experiências -, nos levaram a conhecer as percepções dos profissionais que atuam na Secretária Municipal de Educação e Cultura sobre a inclusão de pessoas surdas em repartições públicas, traduzidas pelo amor à profissão, pelos medos, angústias e dificuldades enfrentadas no cotidiano, mas também pela autonomia que constroem frente aos desafios, em parcerias com a gestão e com todos que fazem a escola.

Por fim, aprendemos com as análises dos profissionais que a troca de experiências compartilhadas nesse trabalho nos faz (re)pensar sobre nossas ações, tanto do ponto de vista local, cotidiano, quanto na efetivação de políticas de inclusão, reverberadas em práticas pedagógicas para alunos surdos dentro de nossas salas de aula. Reconhecemos as limitações de análises, sobretudo por não analisar as narrativas com maior profundidade para esse artigo, esperamos que esse tema seja mais trabalhado, que futuras contribuições científicas fortaleçam a luta pela inclusão efetiva de toda comunidade surda, principalmente no campo da escolarização.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Genildo Agripino. **Inclusão de alunos surdos nas escolas públicas de Caraúbas/RN: Olhares docentes**. Orientadora Dra. Simone Maria da Rocha. 2019. Monografia – Universidade Federal Rural do Semi- Árido. Caraúbas.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**, 1994.

BRASIL. **Decreto N° 5.626**, de 22 de dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **LEI N° 10.436**, de 24 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. **LEI N° 1.1773**, de 28 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **LEI N° 13.146**, de 6 de julho de 2015

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 1988.

BRASIL. Secretaria de direitos humanos. História do movimento político da pessoa com deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria dos direitos humanos. 2010.

FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias. (Orgs.) **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: Ministério da Saúde. Depart. de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988. p. 17-34.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 52ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GOLDFELD, M. **A criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sócio Interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

<https://leismunicipais.com.br/a/rn/a/apodi/lei-ordinaria/2021/173/1727/lei-ordinaria-n-1727-2021-autoriza-a-inclusao-da-lingua-brasileira-de-sinais-libras-no-curriculo-escolar-alem-de-disponibilizar-um-a-interprete-da-libras-em-eventos-publicos-a-instituicoes-qualsquer-no-ambito-do-municipio-de-apodi-rn-e-da-outras-providencias>  
acesso em: 10 outubro 2023.

NÓVOA, Antônio. Educação assumiu muitas tarefas. É o fenômeno da escola transbordante. **Nova Escola**, v. 256, out. 2012.

OMOTE, Sadao. Inclusão escolar e social: a ética entre o estigma e a inclusão. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz; PIRES, José. **Inclusão escolar e social: novos contextos, novos aportes**. Natal/RN:EDUFRN, 2012, p. 39-54.

MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

PASSEGGI, Maria da Conceição. A experiência em formação. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, maio/ago. 2011.

PAVIANI, Jayme. **Problemas de Filosofia da educação**. 4ª ed. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 1988.

PINEAU, Gaston. A (auto)formação no decurso da vida: entre a e a ecoformação. In: NÓVOA, Antonio; FINGER, Mathias. **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. São Paulo: Artmed, 2007.